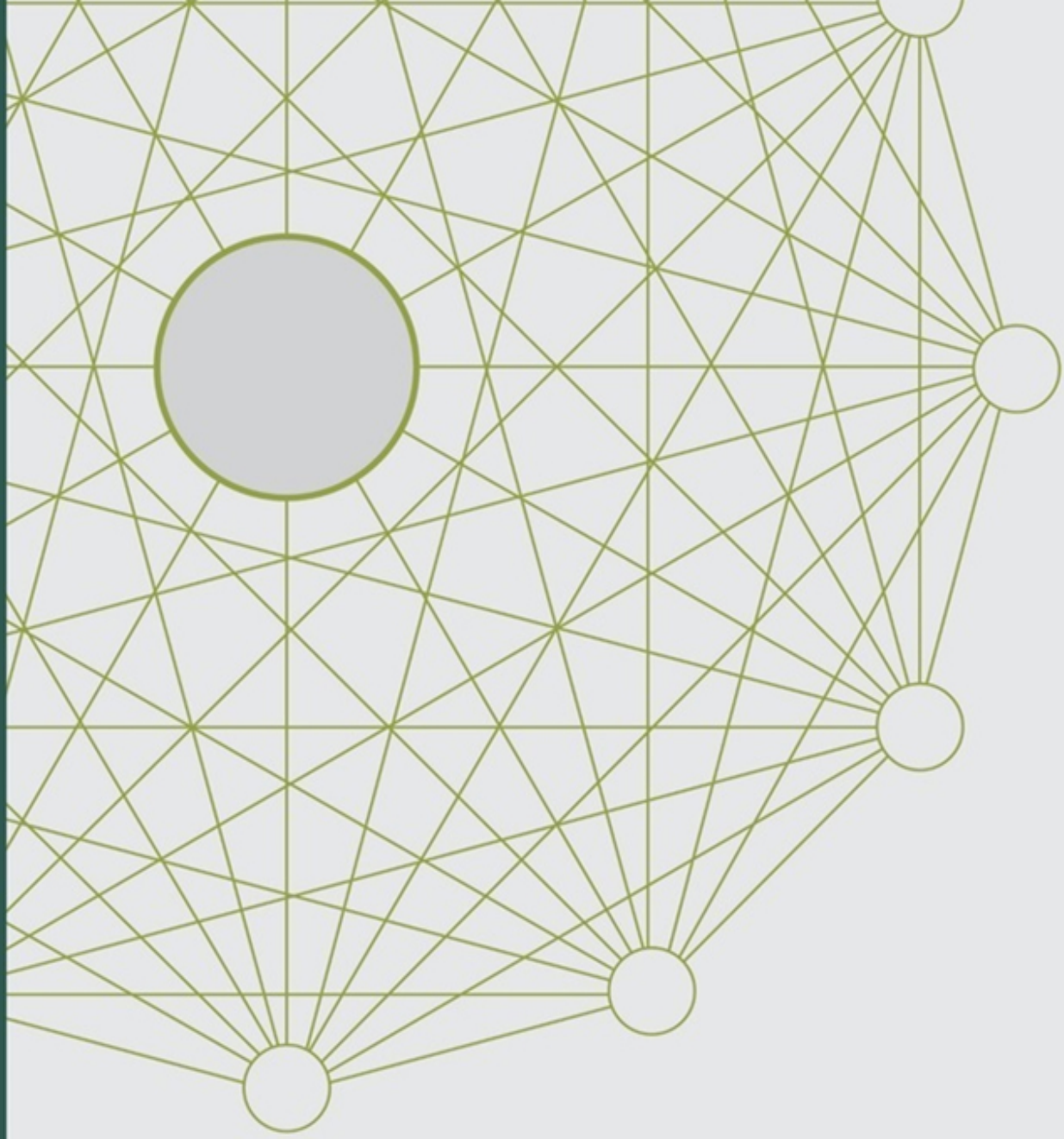


CARTA DE CONJUNTURA

4º Trimestre

2016

MERCADO DE TRABALHO

33

ipea

Governo Federal
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro interino Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional, Substituto
Carlos Roberto Paiva da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
João Alberto De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Claudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho

Chefe de Gabinete
Márcio Simão

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação
Regina Alvarez

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

MERCADO DE TRABALHO

Sandro Sacchet de Carvalho[1]
José Ronaldo de Castro Souza Júnior[2]

SUMÁRIO

As condições do mercado de trabalho permaneceram em uma trajetória de deterioração no terceiro trimestre de 2016. A taxa de desemprego alcançou 11,8%, 2,9 pontos percentuais acima do observado no mesmo período do ano anterior. O setor populacional mais atingido pelo desemprego são os jovens entre 14 e 24 anos, cuja taxa de desemprego atingiu 27,7%, e os trabalhadores com ensino médio incompleto (21,4%).

Até meados de 2016, o aumento do desemprego, apesar de ter sido substancial, foi atenuado devido ao fato de muitas pessoas que perderam emprego terem se tornado trabalhadores por conta-própria. A análise de transições no mercado de trabalho feita nesta seção revela, contudo, que essa tendência se reverteu no terceiro trimestre de 2016, quando se observou uma queda dos ocupados por conta-própria. Esse movimento foi acompanhado de uma queda na taxa de atividade, reforçando que, desde o último trimestre de 2015, o aumento do desemprego foi causado majoritariamente pela queda da população ocupada (PO), tendo sido reduzida a contribuição do aumento da população economicamente ativa (PEA). Cabe notar que se a taxa de participação tivesse se mantido no mesmo nível de um ano antes, a taxa de desemprego seria de 12,4% no terceiro trimestre deste ano.

Por outro lado, a queda do número de trabalhadores formais continuou no terceiro trimestre, embora em rimo mais lento. De acordo com o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), entre julho e setembro de 2016, foram encerradas 168 mil vagas formais, além de outras 75 mil no mês de outubro.

[1] Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea. E-mail: <sandro.carvalho@ipea.gov.br>.
[2] Coordenador do Grupo de Estudos de Conjuntura (Gecon) da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea. *E-mail*: <ronaldo.souza@ipea.gov.br>.

Já o rendimento real médio, não apresentou um desempenho tão ruim quanto a ocupação, registrou um ligeiro aumento de 0,9%, comparando com o trimestre anterior. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, entretanto, o rendimento real apresentou queda de 2,1% neste terceiro trimestre. A PNADC mostra que a redução nos salários reais foi pior em setores como Alojamento e Alimentação (-7,7%) e Outros Serviços (-4,3%). Subdividindo os trabalhadores em 10 faixas (*decis*) de renda, observa-se que o rendimento real médio do grupo que se encontra na faixa mais baixa de renda apresentou uma expressiva recuperação, tanto na comparação interanual (crescimento de 17,6%), como na comparação do terceiro trimestre com o segundo (crescimento de 19,8%).

A queda na ocupação, somada desempenho ruim do rendimento médio, fez com que a massa salarial se ficasse em R$ 177,7 bilhões (em R$ de setembro de 2016), no trimestre entre agosto e outubro de 2016, mesmo patamar que se encontrava há três anos. A queda da massa salarial vinha sendo puxada pelo setor formal, porém, neste terceiro trimestre, houve uma queda da massa salarial entre os conta-própria de quase dois bilhões de reais.

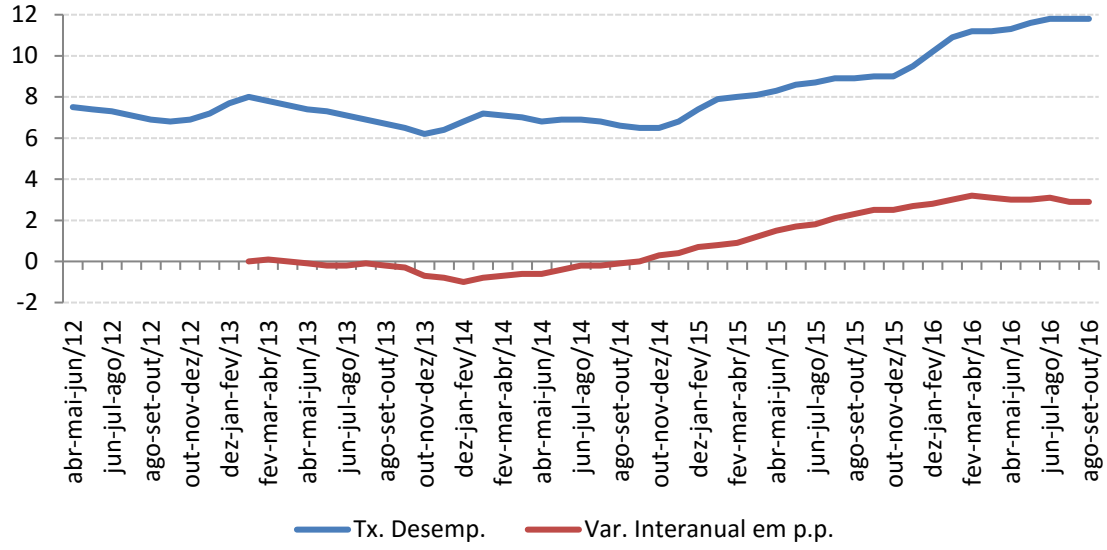
Devido à continuidade do quadro recessivo e como o número de admissões ainda não mostrara sinais de recuperação, é provável que o nível de ocupação continue a cair. Se isso resultará em aceleração da taxa de desemprego, dependerá muito do comportamento da PEA. Caso se mantenha a tendência de menor ocupação entre os trabalhadores por conta-própria, sem que seja observada uma recuperação das admissões no setor formal, as condições do mercado de trabalho continuarão a se deteriorar - mesmo que a taxa de desemprego não se eleve muito.

TAXA DE DESEMPREGO E NÍVEL DE OCUPAÇÃO

Os últimos dados divulgados pela PNADC mostram que, apesar de uma relativa estabilidade da taxa de desemprego, as condições no mercado de trabalho continuaram a se deteriorar. Esta taxa passou de uma média de 11,6% no 2º trimestre de 2016 para uma média de 11,8% no 3º trimestre deste ano, tendo permanecido neste mesmo valor no trimestre móvel, que inclui outubro de 2016 (último dado divulgado pelo IBGE). A variação interanual tem se mantido estável durante o ano de 2016 conforme revela o gráfico 1. Tanto no primeiro trimestre de 2016 quanto no segundo, a taxa de

desemprego manteve-se três pontos percentuais acima do valor do mesmo trimestre de 2015, e no 3º trimestre de 2016 a taxa de desemprego ficou 2,9 p. p. acima do observado no ano anterior.

GRÁFICO 1
Taxa de Desemprego
(Em %)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A Tabela 1 mostra a evolução da taxa de desemprego para diferentes grupos demográficos desde 2014 – análise que só pode ser feita com os microdados da PNADC trimestral. A tabela revela algumas características já conhecidas do desemprego brasileiro, como o fato de ele ser mais intenso no Nordeste, nas regiões metropolitanas, entre as mulheres, os mais jovens (até 25 anos), os que não são chefes de família e os trabalhadores com ensino médio incompleto. Da mesma forma, analisando-se a comparação interanual em pontos percentuais nota-se que a crise continua afetando mais gravemente justamente esses grupos que tendem a ter desemprego mais elevado. Como mostra o gráfico 2, entre o 3º trimestre de 2015 e o mesmo período de 2016, o desemprego subiu 6,8 p.p. entre os jovens, enquanto entre os adultos até 59 anos a queda foi de 2,9 p.p.. Subiu 5,2 p.p. entre aqueles com ensino médio incompleto e 1,6 p.p. para trabalhadores com ensino superior. No entanto, como pode ser visto no gráfico 3, o crescimento percentual da taxa de desemprego foi bem similar, em torno de 30%, em todas essas classificações, exceto entre os trabalhadores com mais de 59 anos – cuja taxa de desemprego cresceu 107,2% no período, passando de 2,52% no terceiro trimestre de 2015 para 5,23% no mesmo período deste ano.

TABELA 1
Taxa de Desemprego
(Em %)

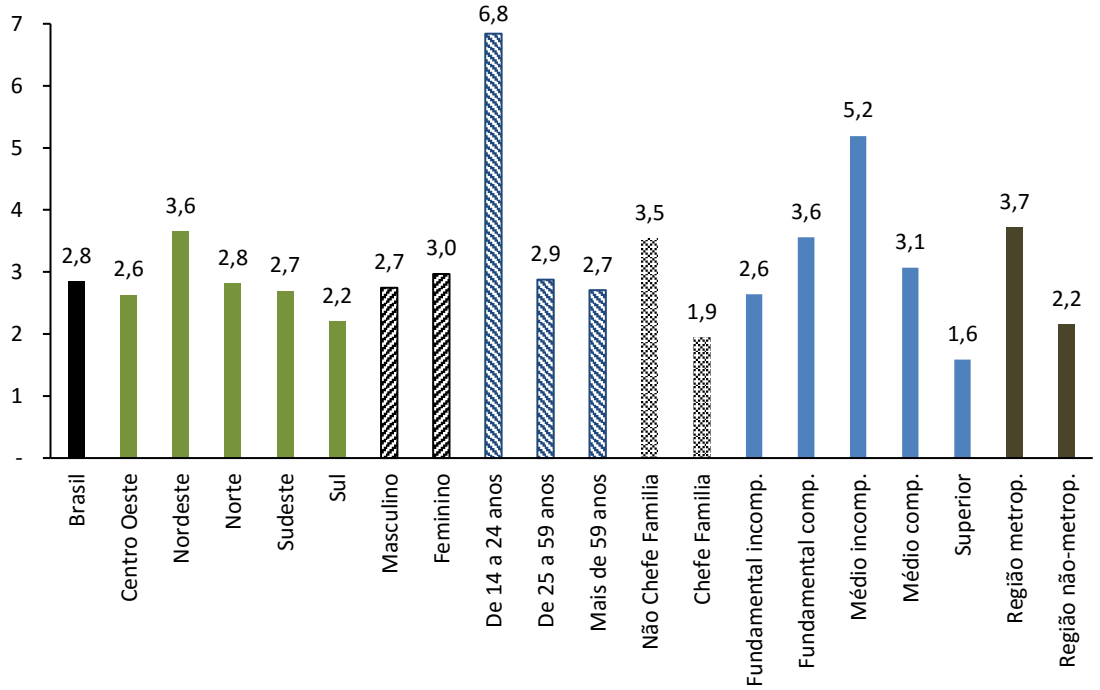
	2014			2015				2016		
	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
Brasil	6,85%	6,77%	6,50%	7,94%	8,31%	8,88%	8,96%	10,90%	11,30%	11,80%
Centro Oeste	5,58%	5,39%	5,31%	7,29%	7,36%	7,52%	7,37%	9,66%	9,70%	10,00%
Nordeste	8,78%	8,57%	8,26%	9,56%	10,28%	10,81%	10,45%	12,80%	13,21%	14,10%
Norte	7,23%	6,90%	6,77%	8,66%	8,53%	8,84%	8,63%	10,48%	11,23%	11,44%
Sudeste	6,85%	6,86%	6,60%	7,99%	8,28%	9,03%	9,59%	11,38%	11,70%	12,28%
Sul	4,13%	4,22%	3,77%	5,10%	5,52%	5,99%	5,69%	7,35%	8,04%	7,89%
Masculino	5,81%	5,65%	5,55%	6,62%	7,14%	7,71%	7,72%	9,48%	9,87%	10,46%
Feminino	8,21%	8,24%	7,72%	9,64%	9,81%	10,40%	10,56%	12,75%	13,17%	13,53%
De 14 a 24 anos	16,23%	16,16%	15,25%	19,02%	19,48%	20,75%	20,89%	26,36%	26,73%	27,73%
De 25 a 59 anos	5,00%	4,94%	4,81%	5,79%	6,17%	6,64%	6,69%	7,91%	9,15%	9,57%
Mais de 59 anos	1,91%	1,87%	2,05%	2,12%	2,58%	2,72%	2,52%	3,29%	4,75%	5,23%
Não Chefe Familia	9,71%	9,65%	9,17%	11,27%	11,56%	12,38%	12,29%	15,00%	15,31%	15,82%
Chefe Familia	3,53%	3,41%	3,38%	4,05%	4,54%	4,84%	5,06%	6,07%	6,55%	7,00%
Fundamental incomp.	5,75%	5,72%	5,67%	6,47%	7,11%	7,86%	7,86%	9,06%	9,74%	10,50%
Fundamental comp.	7,55%	7,44%	7,25%	8,31%	9,04%	9,67%	9,81%	11,61%	12,89%	13,37%
Médio incomp.	12,23%	11,84%	12,14%	13,99%	13,81%	15,30%	16,23%	20,40%	20,57%	21,42%
Médio comp.	7,96%	7,86%	7,96%	9,40%	9,87%	10,11%	10,13%	12,70%	12,82%	13,20%
Superior	4,57%	4,62%	4,31%	5,79%	5,59%	6,17%	6,22%	7,64%	7,75%	7,81%
Região metrop.	8,07%	7,83%	7,27%	8,75%	9,10%	9,69%	9,75%	11,93%	12,56%	13,47%
Região não-metrop.	5,93%	5,90%	5,92%	7,33%	7,72%	8,29%	8,37%	10,13%	10,38%	10,52%

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

GRÁFICO 2

Variação da taxa de desemprego em p.p. entre o 3º trim 2016 e o 3º trim de 2015

(Em p.p.)

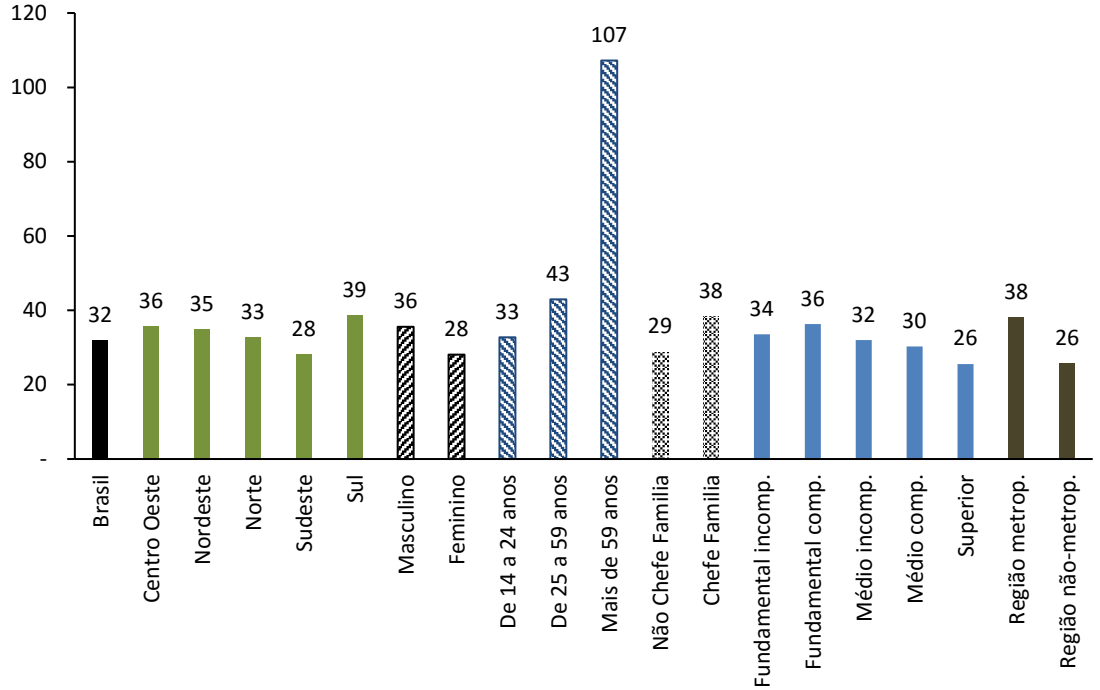


Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

GRÁFICO 3

Variação percentual da taxa de desemprego entre o 3º trim 2016 e o 3º trim de 2015

(Em %)



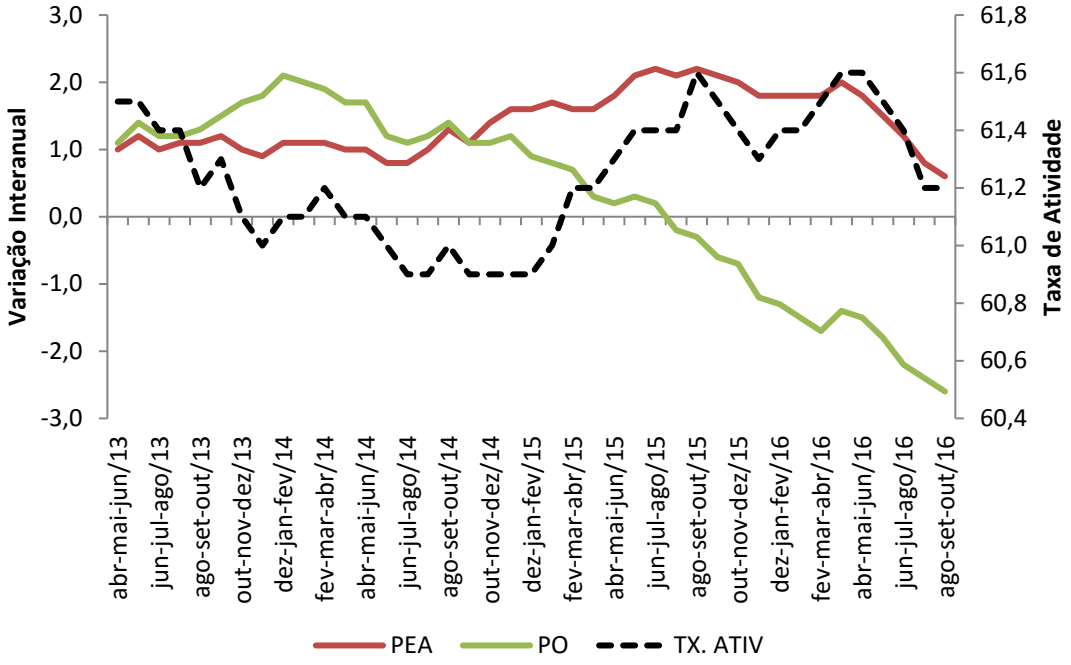
Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A tabela A.1 no Apêndice, detalha a evolução do desemprego por estado da federação. A deterioração do emprego já está bastante generalizada pelo país. Em apenas oito estados a taxa de desemprego encontra-se ainda abaixo dos 10%. Além dos estados do Sul, são os estados de Rondônia, Roraima, Piauí, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. As maiores taxas de desemprego foram observadas no Pernambuco e na Bahia, seguidos de Amapá e Alagoas. Houve redução do desemprego no Amapá, Tocantins, Piauí, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Por outro lado, houve aumento de mais de um ponto percentual no desemprego do Acre, Roraima, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo e Distrito Federal.

O gráfico 4 mostra a taxa de variação interanual da população ocupada, da população economicamente ativa e da taxa de atividade. O influxo de trabalhadores na PEA decorrente da crise perdeu força após julho de 2015 e, após uma relativa estabilidade na comparação interanual até 2° trimestre de 2016 – com a PEA crescendo em torno de 2% em comparação com o ano anterior –, a taxa de crescimento interanual da PEA caiu para apenas 0,8% no terceiro trimestre. No trimestre entre agosto e outubro de 2016, a taxa de crescimento caiu um pouco mais, ficando em 0,6%. Com isso, a taxa de atividade se reduziu de 61,6% no 2º trimestre para 61,2% no 3º trimestre, tendo permanecido estável no último trimestre móvel observado. Esse valor é apenas 0,3 p.p. superior à menor taxa de atividade observada no período anterior à ascensão do desemprego, indicando um aumento do desalento entre aqueles que procuram emprego no terceiro trimestre de 2016. Cabe notar que se a taxa de participação tivesse se mantido no mesmo nível de um ano antes, a taxa de desemprego seria de 12,4%.

O gráfico 4 reforça que o nível de ocupação tem apresentado uma deterioração contínua e crescente desde o início da crise no final de 2014. Após ter atingido uma queda interanual de 1,4% no trimestre entre abril e junho de 2016, o declínio da população ocupada acelerou sua intensidade no terceiro trimestre, tendo diminuído 2,4% em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. No trimestre entre agosto e setembro, a queda interanual da população ocupada logo voltou a se deteriorar, alcançando um novo mínimo histórico da PNADC, com uma variação negativa de 2,6%. Em números absolutos, a população ocupada marcou 89,9 milhões no último trimestre móvel observado, mesmo patamar apresentado no início de 2013 e no ano de 2012.

GRÁFICO 4
PO, PEA e Taxa de Atividade
(Taxa de variação interanual, em %)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Aplicando a decomposição da variação da taxa de desemprego proposta pelo Banco Central do Brasil (2010)3, verifica-se que a queda da PO e o aumento da PEA tiveram contribuições similares para o aumento do desemprego desde o último trimestre de 2014. Desde então, o aumento da PEA explicaria cerca de 52,5% do aumento do desemprego, enquanto a queda da população ocupada responderia por 47,5%. No entanto, entre o 4º trimestre de 2014 e o 3º de 2015, o crescimento da PEA respondeu pela maior parte do aumento do desemprego (74%), ao mesmo tempo em que, no ano de 2016, a situação se inverteu e a queda da PO passou a explicar mais de 3/4 da piora da taxa de desemprego.

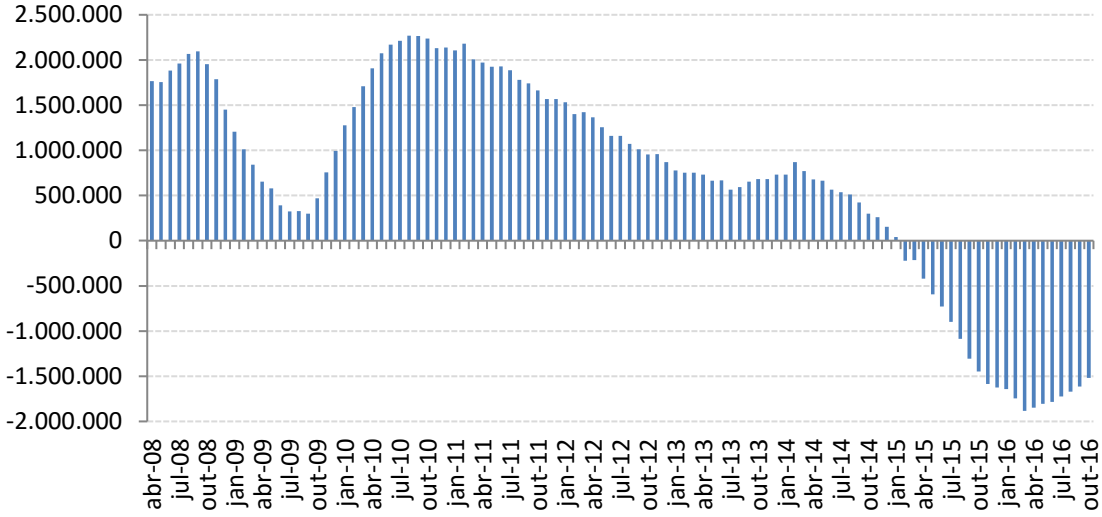
OCUPAÇÃO FORMAL E EMPREGO SETORIAL

Os dados do CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reforçam a conclusão de que o nível de ocupação continuou a piorar no terceiro trimestre de 2016. Entre outubro de 2015 e setembro de 2016, foram encerrados 1,61 milhões de postos de trabalhos formais (gráfico 5), valor que representa uma diminuição no saldo negativo

[3] BANCO CENTRAL DO BRASIL. Desemprego aberto no Brasil: Contribuições da oferta e da demanda por trabalho. In: Relatório de Inflação, p. 17-19, dez. 2010.

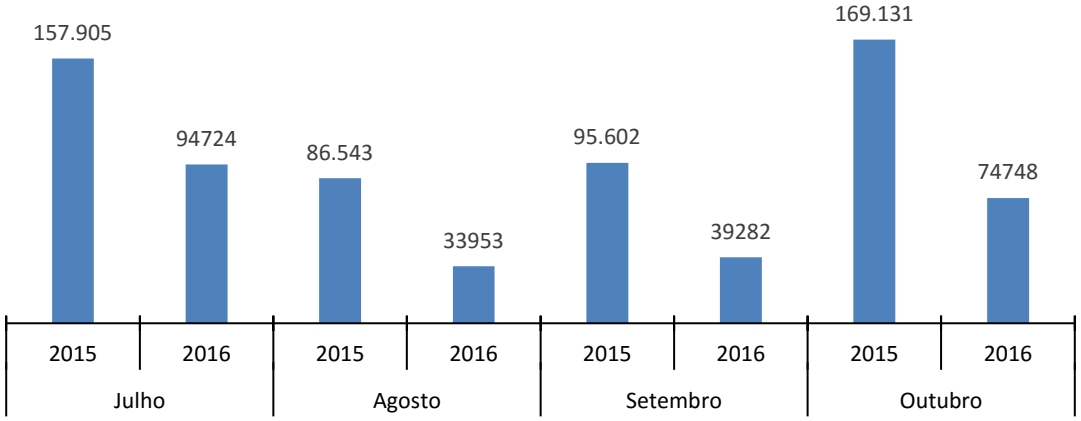
acumulado em 12 meses. No terceiro trimestre de 2016, o encerramento de postos de trabalho com carteira foi menor que no mesmo período de 2015 (168 mil contra 340 mil respectivamente). Na comparação dos últimos meses deste ano em relação aos mesmos meses do ano passado, como mostra o gráfico 6, a perda líquida de empregos formais está menor. No entanto, o saldo negativo de vagas em outubro marcou o 23º mês consecutivo com quedas no estoque de ocupações formais, sendo que, desde o início da queda, em outubro de 2014, foi registrado o encerramento de quase de três milhões de vagas com carteira de trabalho assinada.

GRÁFICO 5
Evolução do saldo líquido de criação de emprego formal
(Número de empregados acumulado em doze meses)



Fonte: Caged/MTE.
Elaboração: Ipea/Dimac.

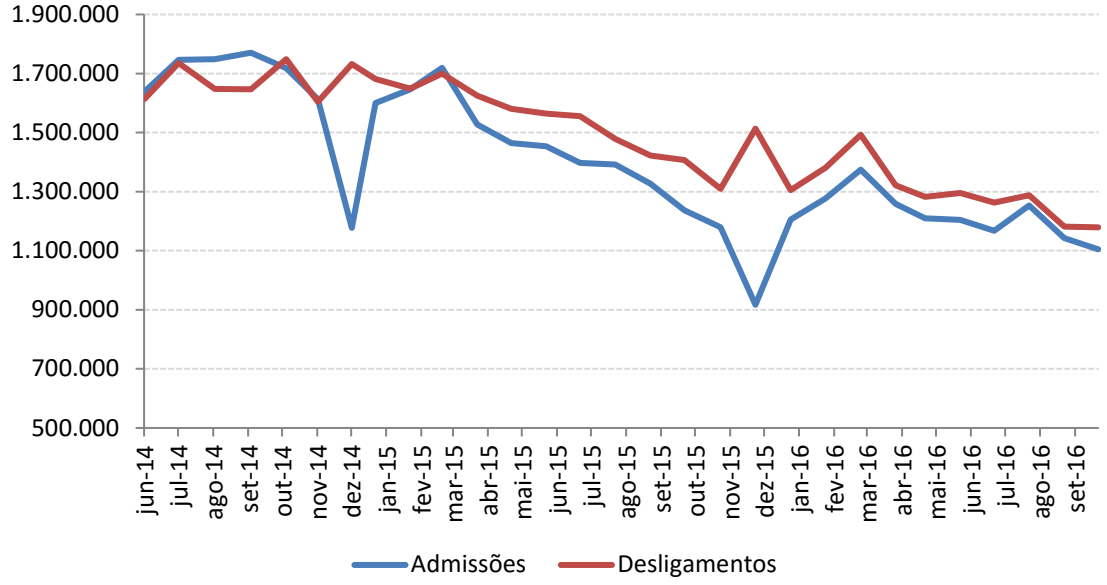
GRÁFICO 6
Evolução mensal do redução líquida de emprego formal – 2016 *versus* 2015
(Número de empregados)



Fonte: Caged/MTE.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Os dados recentes do CAGED mantêm a tendência de que o fraco desempenho do mercado de trabalho permanece sendo majoritariamente explicado pela expressiva queda na quantidade de admissões, muito mais que por qualquer elevação no número de desligamentos. Em 2015, houve uma média mensal de 1,54 milhões de desligamentos, contra uma média de 1,71 milhões no ano anterior. Em 2016, a média de desligamentos foi de 1,3 milhões, tendo a média entre agosto e outubro caído para 1,21 milhões. A queda no número de desligamentos pode ser explicada não só porque incidem sobre um estoque menor de ocupações, como porque em períodos de crise diminuem-se as demissões voluntárias. Por outro lado, a média de admissões mensais que em 2014 era de 1,72 milhões, caiu para 1,40 milhões em 2015 e em 2016 se encontra em 1,22 milhões, sendo apenas 1,1 milhão em outubro.

GRÁFICO 7
Admissões e desligamentos em empregos formais



Fonte: Caged/MTE.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A tabela 2 mostra o desempenho do mercado de trabalho formal ao longo dos dois primeiros trimestres deste ano e o saldo acumulado em 12 meses para diferentes setores da economia. Nos três primeiros meses de 2016, foram destruídos mais de 323 mil postos formais; no segundo trimestre; foram encerradas mais 226 mil vagas; e mais 168 mil no terceiro trimestre. Os setores que mais contribuíram para a deterioração da ocupação formal no terceiro trimestre foram a construção civil e os serviços. Apesar de a indústria de transformação ser o setor mais atingido desde o início da crise, nota-se

que o saldo negativo acumulado em 12 meses já apresenta uma redução. No último trimestre, esse setor mostrou um saldo positivo de ocupações (entretanto em outubro a indústria já apresentava saldo negativo novamente). Há também uma participação crescente dos serviços e uma importante parcela da construção civil no recuo dos postos formais de emprego, setores que apresentaram um desempenho bastante fraco no terceiro trimestre de 2016.

TABELA 2
Saldo líquido de criação de empregos formais no trimestre e em 12 meses por setor de atividade

	Acum. no Trimestre			Acum. 12 meses			
	1º T. 2016	2º T. 2016	3º T. 2016	jul/16	ago/16	set/16	out/16
Total das Atividades	-323.052	-226.491	-167.959	-1.722.380	-1.669.790	-1.613.470	-1.519.087
Extrativa Mineral	-2.574	-2.219	-1.507	-11.950	-10696	-10815	-10472
Indústria de Transformação	-67.596	-68.246	2.359	-526.617	-472379	-452101	-409219
S.I.U.P.	-2.300	-1.581	-1.594	-11.080	-10633	-10377	-10670
Const. Civil	-43.924	-72.925	-77.422	-405.932	-402976	-402346	-386033
Comércio	-167.248	-86.179	-11.458	-290.286	-276444	-255251	-238494
Serviços	-45.002	-89.575	-58.295	-453.786	-461765	-443371	-427441
Adm. Pública	12.655	4.436	-661	-4.243	-5423	-4783	-6782
Agropecuária	-7.063	89.798	-19.381	-7.009	-29474	-34426	-29976

Fonte: Caged/MTE.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A tabela 3 mostra a variação interanual da ocupação por setores e posição na ocupação nos últimos trimestres de acordo com a PNADC. Os dados setoriais apresentam impressões um pouco distintas das observadas no CAGED. Na PNADC, a indústria de transformação apresentou forte queda na população ocupada no terceiro trimestre de 2016 na comparação com o ano anterior. Os serviços mais afetados pela crise ao longo de 2016 foram do segmento de "indústria financeira, atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas", seguido do comércio. Os demais serviços apresentaram elevação na ocupação no terceiro trimestre de 2016 em comparação com o mesmo trimestre de 2015, particularmente o setor de alojamento e alimentação. Por sua vez, a agricultura também tem mostrado queda na ocupação.

TABELA 3

Ocupação por setor de atividade e posição na ocupação - PNADC

(Taxa de variação interanual, em %)

	1º Trim-15	2º Trim-15	3º Trim-15	4º Trim-15	1º Trim-16	2º Trim-16	3º Trim-16
BRASIL	0,8	0,2	-0,2	-0,7	-1,5	-1,8	-2,4
Agricultura	-0,9	-2,1	-1,4	-0,8	-1,1	-1,5	-4,7
Indústria	1,9	-0,3	-3,9	-7,9	-11,5	-11,0	-10,1
Construção	-4,9	-8,6	-4,0	2,0	-1,2	3,9	-2,3
Comércio	-0,2	1,0	2,1	1,0	0,0	-1,0	-2,8
Adm. Pública	-9,0	-11,5	-9,7	-4,0	-3,9	-1,4	-2,1
Transporte e Correios	3,4	0,9	3,4	5,8	4,3	5,0	5,2
Alojamento e Alimentação	1,2	4,6	3,1	6,3	4,0	3,8	8,0
Ind. Fin, Imobiliária e Serv à empresas	5,4	4,9	-1,2	-9,1	-6,3	-10,0	-9,3
Saúde e Educação	8,4	9,1	9,6	4,9	5,8	5,5	4,2
Outros Serviços	0,4	1,0	-1,3	-1,7	0,2	-0,5	2,3
Serviços Domésticos	1,6	0,0	0,6	6,8	4,3	5,3	2,8
Com Carteira	-0,3	-1,9	-2,7	-2,5	-3,1	-3,1	-2,7
Sem Carteira	-1,6	-0,9	0,3	-3,2	-5,2	-2,7	-3,4
Conta-Própria	4,2	4,7	3,5	5,3	6,5	3,9	-1,7

Fonte: PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Deve-se ressaltar que existem diferenças de coberturas entre as duas fontes de dados que podem explicar essas divergências. Enquanto o Caged cobre apenas empregados formais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a PNADC registra dados sobre todos os ocupados – inclusive os estatutários e os trabalhadores informais. O detalhamento das variações por posição na ocupação será feito em seguida, mas a tabela 3 mostra que as diferenças entre os trabalhadores formais e informais que vinham sendo observadas ao longo da crise sofreram uma importante mudança no último trimestre. Desde o primeiro trimestre de 2015, observa-se uma queda crescente na ocupação com carteira assinada. Entretanto, o nível de ocupação entre os empregados sem carteira assinada também apresentou uma deterioração expressiva. E, à medida que a crise econômica agravou as condições do mercado de trabalho, um grande influxo de ocupados buscou trabalho por conta-própria como alternativa ao desemprego. De certa forma, o mesmo argumento pode ser estendido à reversão da tendência de queda do número de ocupados nos serviços domésticos que vinha sendo observada até o início da recessão. Entretanto, no 3º trimestre de 2016 houve uma queda no número de trabalhadores por conta-própria na comparação interanual (primeira vez que ocorre

desde o 1º trimestre de 2013), bem como uma queda no número absoluto de ocupados. Esse movimento indica que o trabalho por conta-própria está perdendo capacidade de funcionar como alternativa de complemento de renda, elevando o desalento no mercado de trabalho – o que pode explicar a queda na taxa de participação. Para que esta questão seja analisada de forma tecnicamente mais correta e precisa, será feita, a seguir, uma análise das transições no mercado de trabalho.

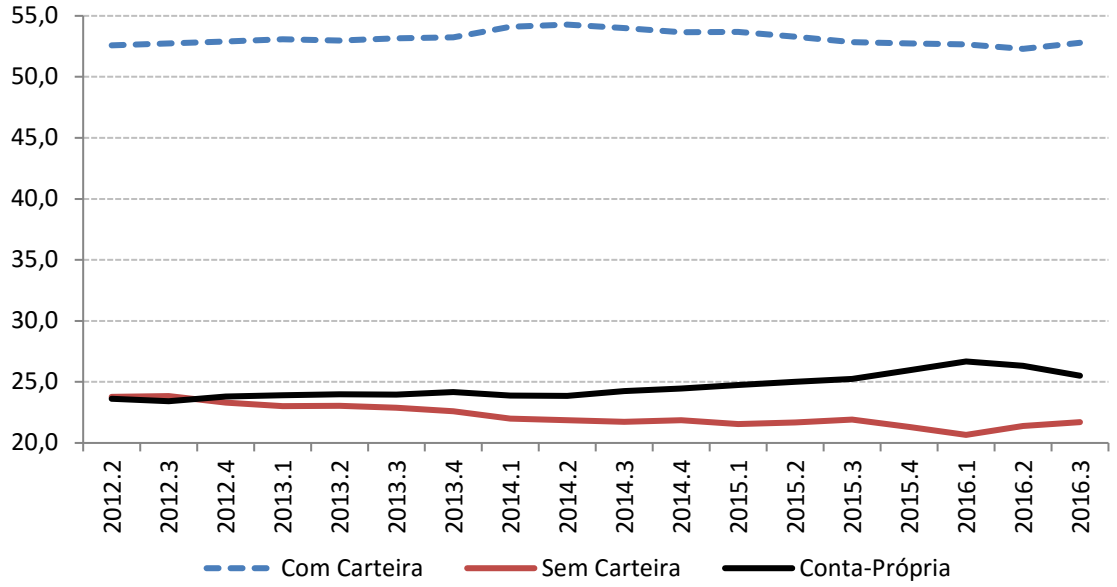
A perda de ocupados entre os empregados informais fez com que a taxa de formalidade (entendida aqui como a proporção de trabalhadores formais entre os ocupados, exclusive empregadores) não apresentasse uma queda que fosse proporcional ao agravamento do desemprego. E acrescentando a forte queda dos trabalhadores por conta-própria no último trimestre, a taxa de formalidade subiu de 52,3%, no segundo trimestre de 2016 para 52,8% no 3º trimestre, apesar da queda da ocupação entre os trabalhadores formais, conforme mostra o gráfico 8. Nota-se que, apesar de menor que o pico de 54,3% (2º trimestre de 2014), é próximo ao patamar observado em 2012, enquanto a taxa de desemprego atual está em níveis bem superiores que aos de 2012. A participação dos trabalhadores por conta-própria caiu de 26,3% no 2º trimestre de 2016 para mais de 25,5% no terceiro trimestre de 2016, mas ainda se encontra acima do que apresentava antes da crise. E o nível de informalidade não teve uma queda mais intensa, pois a proporção de empregados sem carteira também tem apresentado queda.

A tabela 4 mostra a variação interanual da ocupação por setor de atividade e posição na ocupação no segundo trimestre de 2016 na PNADC para que se possibilite entender algumas das diferenças observadas entre esta pesquisa e o registrado no CAGED. Verifica-se que setores de serviços têm, de modo geral, conseguido manter certo nível de ocupação, principalmente através do aumento de trabalhadores por conta-própria, porém foram os únicos setores que mostraram alguma manutenção da ocupação formal no 3º trimestre de 2016 em comparação com 2015. Nota-se também em setores como a indústria, a construção civil e o comércio a queda dos trabalhadores por conta-própria, que não vinha sendo observada até então.

GRÁFICO 8

Taxa de Formalidade – (proporção de trabalhadores com carteira, sem carteira e conta-própria)

(Em %)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

TABELA 4

Ocupação por setor de atividade e posição na ocupação - PNADC 3º trimestre de 2016

(Taxa de variação interanual, em %)

	Com Carteira	Sem Carteira	Conta-Própria
Brasil	-2,7	-3,4	-1,7
Agricultura	7,1	-8,6	-6,1
Indústria Transformação	-10,4	-14,9	-7,2
Indústria Extrativa	-13,8	-15,1	-4,4
SIUP	-8,8	-7,6	-1,3
Construção Civil	-0,5	3,3	-5,0
Comércio	-3,2	-4,9	-3,0
Ind. Fin., Imobiliária e Serv. à empresas	-11,3	-1,8	-7,6
Transporte	8,3	-12,2	7,7
Serviços Pessoais	-8,1	6,2	7,0
Adm. Pública	-0,6	-8,7	---
Saúde e Educação	4,9	2,1	7,7
Alojamento e Alimentação	4,1	0,5	15,8
Serviços Domésticos	7,3	0,7	---

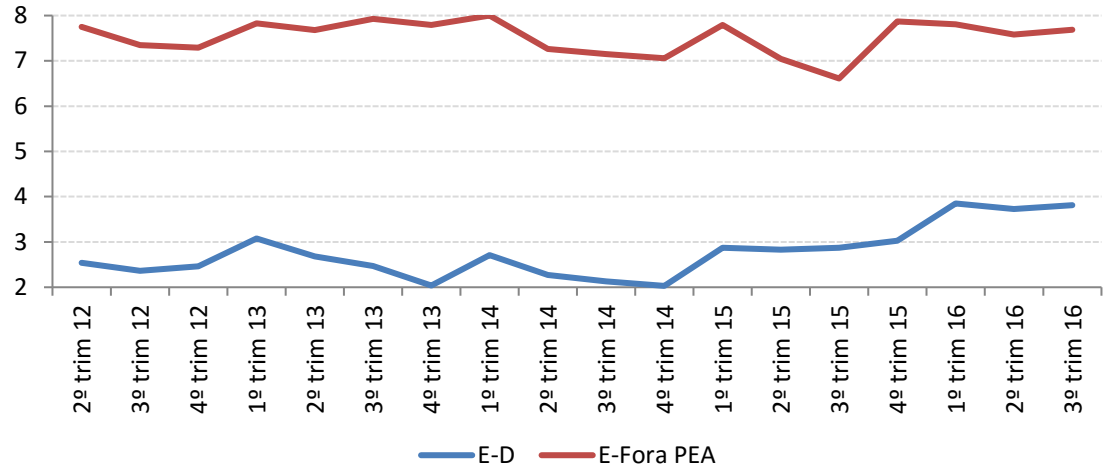
Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

TRANSIÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

A análise das transições no mercado de trabalho permite elucidar muitas questões sobre a dinâmica conjuntural do mercado de trabalho. O gráfico 9 mostra as transições dos empregados para fora do emprego a partir dos dados da PNADC, ou seja, relata a proporção de empregados em um mês "t" que transitaram para o desemprego no trimestre seguinte "t+3" (transição E-D). Da mesma forma, relata-se a proporção de empregados que transitaram para fora da PEA (transição E-Fora PEA). A soma dessas duas proporções é o que denotamos por taxa de desligamento[4].

O gráfico 9 aponta algumas questões importantes. A primeira é que a transição do emprego para fora da PEA é responsável pela maior parte da taxa de desligamento – trabalhadores que perdem o emprego tendem a não procurar emprego no trimestre seguinte. No entanto, durante a atual crise, o aumento da transição para fora do emprego se deu principalmente para a desocupação, tendo a transição E-D saltado de cerca de 2% em 2014 para quase 4% em 2016. Por sua vez, a transição E-Fora PEA, apesar de ter aumentado em relação a 2015 (7% para 8%), encontra-se em patamar semelhante a 2013.

GRÁFICO 9
Transições para fora do emprego
(Em %)

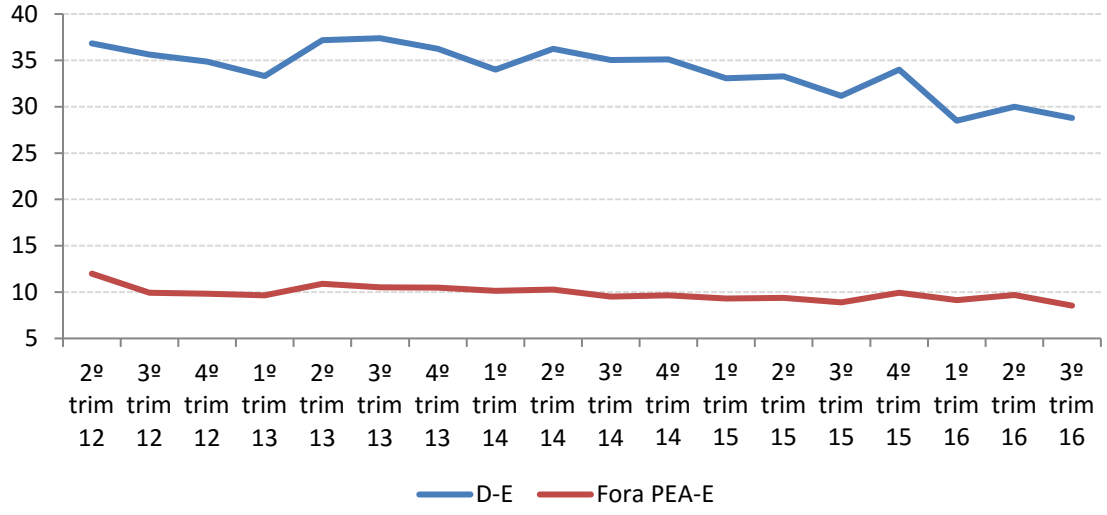


Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

[4] Transições para fora do emprego, bem como transições para o emprego, apresentam sazonalidade, com tendência de transições para fora do emprego caírem no 4º trimestre e subirem no 1º trimestre (o inverso para transições para o emprego). Como há ainda poucas observações na série da PNADC, não dessazonalizamos as séries de transições. Isso não prejudica, entretanto, o entendimento da tendência geral observadas nelas.

No gráfico 10, mostra-se as transições para o emprego, ou seja, a proporção de trabalhadores desempregados que se tornaram ocupados no trimestre seguinte, e a proporção de indivíduos que migraram de fora da PEA para a ocupação. A transição de fora da PEA para a condição de ocupado (Fora PEA-E) permaneceu estável ao longo do tempo, tendo se situado em torno dos 10%. A partir de 2015, a transição mostrou uma pequena quedam, tendo atingido no 3º trimestre de 2016 o menor valor dessa série histórica (8,5%). Por sua vez, a transição do desemprego para a ocupação (D-E) oscilou em torno de 35% até o final de 2014, quando iniciou uma queda até atingir 28,8% no último trimestre observado.

GRÁFICO 10
Transições para o emprego
(Em %)



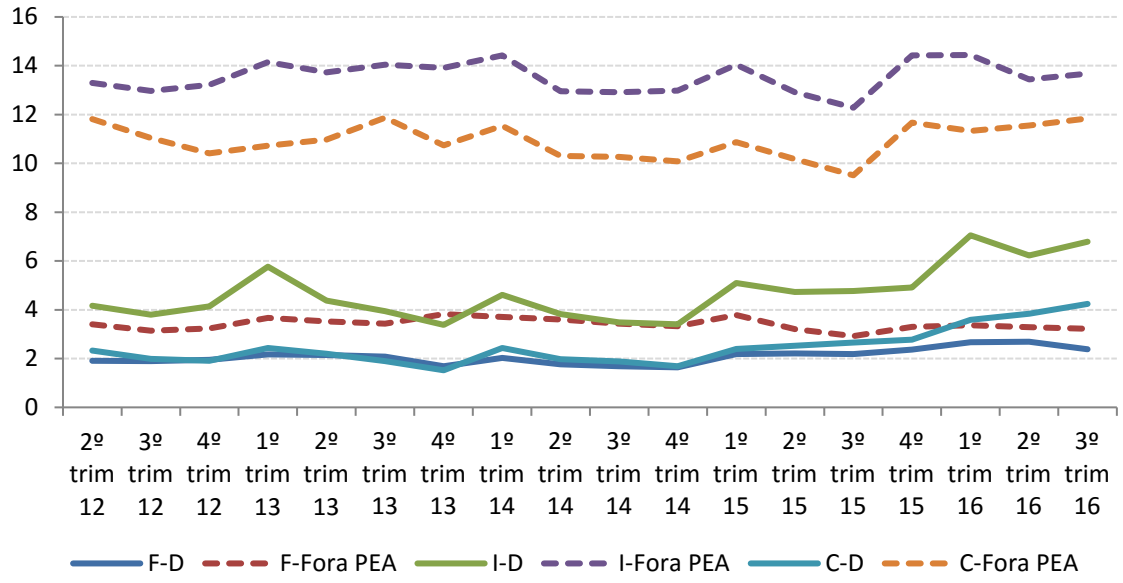
Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A análise acima confirma o que foi apontado anteriormente a partir dos dados do CAGED. O desemprego se agravou por causa de uma queda mais intensa nas admissões (transição D-E e Fora PEA-E) que por aumento de demissões (transições E-D e E-Fora PEA). Entretanto, os dados do CAGED sugerem que esse fato seria ainda mais relevante no caso das ocupações formais. Por isso, em seguida, são analisadas as transições separadamente por posição na ocupação.

De acordo com o gráfico 11, durante a crise, as transições do emprego para o desemprego subiram mais para os trabalhadores informais e por conta-própria (I-D e C-D) que para os trabalhadores formais (F-D). O mesmo pode ser verificado nas transições do emprego para a inatividade, com destaque para o aumento da transição dos

trabalhadores por conta-própria para a inatividade (C-Fora PEA) ao longo de 2016, o que explica parte da queda da taxa de atividade recentemente observada, indicando que esse tipo de ocupação parece ter exaurido sua capacidade de absorver trabalhadores em busca de fonte alternativa de renda.

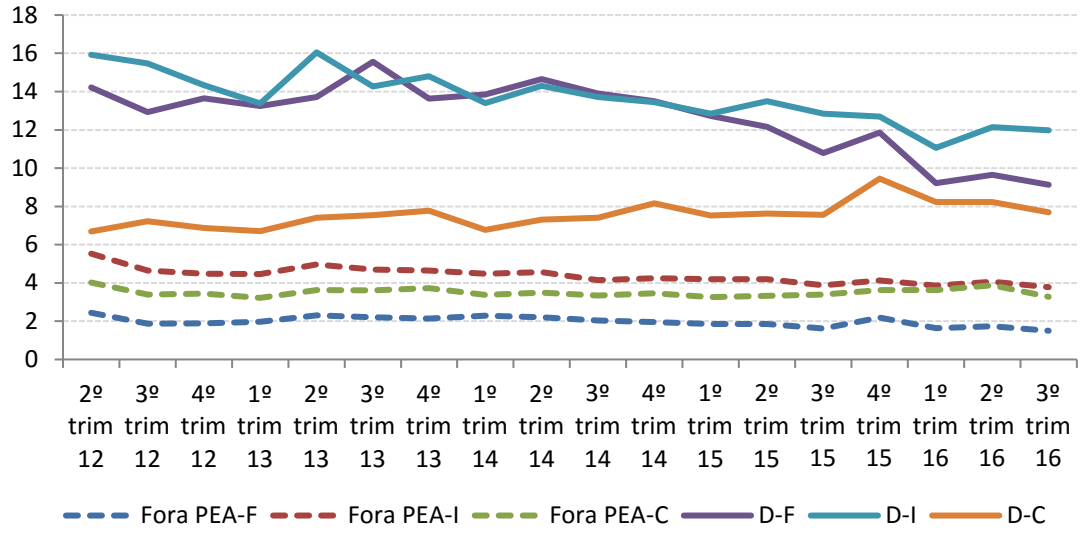
GRÁFICO 11
Transições para fora do emprego por posição na ocupação
(Em %)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Por sua vez, as transições para o emprego revelam uma queda muito maior na transição do desemprego para a formalidade (D-F), tendo caído de mais de 14% em 2014 até atingir 9,1% no terceiro trimestre de 2016. Já a transição do desemprego para a informalidade (D-I) já vinha caindo consideravelmente antes da crise, mas se reduziu em um ritmo bem menor que a transição D-F desde então. Como as análises anteriores já haviam mostrado, a tendência dos desempregados migrarem para a ocupação por conta-própria (D-C) aumentou durante a crise, mas claramente esse movimento perdeu força ao longo de 2016, particularmente no terceiro trimestre.

GRÁFICO 12
Transições para o emprego por posição na ocupação
(Em %)

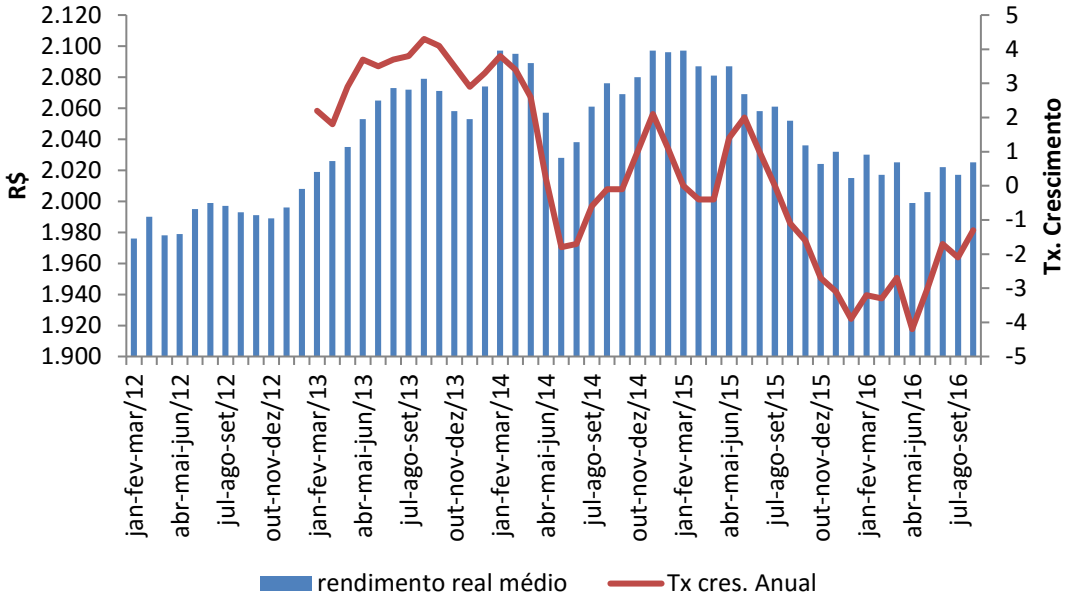


Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

RENDIMENTOS

O terceiro trimestre de 2016 não apresentou melhoras na evolução do rendimento médio do trabalho. Medidos a preços de 2016, a média dos rendimentos no terceiro trimestre ficou em R$ 2.017, ligeiramente maior que a média do trimestre anterior, e cerca de R$ 50 abaixo do observado no mesmo período de 2015. No entanto, no trimestre que terminou em outubro deste ano, a média subiu ligeiramente para R$ 2.025. A taxa de crescimento anual do rendimento real médio, que vinha caindo desde meados de 2015 (tendo atingido uma queda de 4,2% no segundo trimestre de 2016), diminuiu a intensidade e terminou o terceiro trimestre 2,1% abaixo da renda observada no ano anterior.

GRÁFICO 13
Rendimento médio real do trabalho
(Em R$ e %)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A tabela 5 revela que a queda dos rendimentos, que, até 2015, mostrava diferenças entre os setores, tornou-se plenamente generalizada neste ano. Ao contrário da ocupação, a indústria da transformação não foi o setor mais afetado pela crise, porém, em 2016, a queda dos rendimentos na indústria se acelerou. No terceiro trimestre de 2016, as maiores quedas na renda foram em setores como outros serviços, alojamento e alimentação e transporte e correios.

TABELA 5
Taxa de crescimento anual dos rendimentos reais por setor - PNADC
(Taxa de variação interanual, em %)

	1º Trim-15	2º Trim-15	3º Trim-15	4º Trim-15	1º Trim-16	2º Trim-16	3º Trim-16
BRASIL	0,0	1,5	0,0	-2,6	-3,2	-4,2	-2,1
Agricultura	2,0	-1,8	-2,4	-3,4	-8,0	-5,9	-0,9
Indústria	0,1	3,8	-0,9	2,5	-3,3	-5,3	-1,0
Construção	-6,2	-4,4	-0,9	-0,7	-0,1	2,3	-1,5
Comércio	0,1	-0,1	-1,0	-5,6	-5,5	-3,8	-1,7
Adm. Pública, Saúde e Educação	1,0	3,3	2,8	0,6	-1,1	-1,3	-0,8
Transporte e Correios	-1,6	-1,5	-1,6	-6,3	-4,3	-3,2	-2,9
Alojamento e Alimentação	-5,9	-4,7	-1,4	-4,3	-3,6	-3,3	-7,7
Ind. Fin, Imobiliária e Serv às empresas	0,0	0,1	-0,6	-2,6	1,1	-4,0	1,0
Outros Serviços	-0,8	1,4	-2,6	-4,2	-7,5	-7,6	-4,3
Serviços Domésticos	1,2	1,6	-1,3	-2,0	-0,3	-0,6	0,6

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Na tabela A.2 no apêndice completa-se o panorama da evolução dos rendimentos médios no Brasil por estado. Os estados com pior renda são o Pará e os do Nordeste, especialmente Maranhão, Ceará, Piauí, Alagoas e Bahia. Já os estados com maior renda, além do Distrito Federal – que conta com alta proporção de servidores públicos federais –, são os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No último ano, apenas sete estados não mostraram queda na renda, com destaque para o Amapá, onde a renda cresceu 9% entre o terceiro trimestre de 2016 e o mesmo trimestre de 2015. Os demais estados foram Acre, Roraima, Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Por outro lado, as maiores quedas na renda (em torno de 7%, 8%) foram no Amazonas, Tocantins e na Bahia.

Na tabela 6 mostra-se a evolução da distribuição da média dos rendimentos reais por faixa de renda (*decil*). As faixas de renda que apresentaram queda real no rendimento na comparação entre o terceiro trimestre de 2016 e o mesmo trimestre do ano anterior foram as intermediárias (quinta, sexta e sétima). No último trimestre houve uma recuperação da média dos rendimentos dos decis de renda mais baixa. Apenas o sétimo e oitavo decis mostraram queda no rendimento médio entre os terceiros

trimestres de 2015 e 2016, e a média do decil mais rico também mostrou uma elevação neste trimestre. No entanto, exceto na primeira faixa de renda – que teve forte crescimento no terceiro trimestre deste ano –, as médias salariais se encontram abaixo do que era observado no início de 2015. Tais movimentos se traduziram em uma estabilidade do coeficiente de Gini dos rendimentos do trabalho ao longo desse período recessivo. O índice indicava 0,492 no último trimestre de 2014 e manteve-se estável em 0,49 durante 2015. No terceiro trimestre de 2016 manteve-se em 0,486, virtualmente mesmo valor do trimestre anterior.

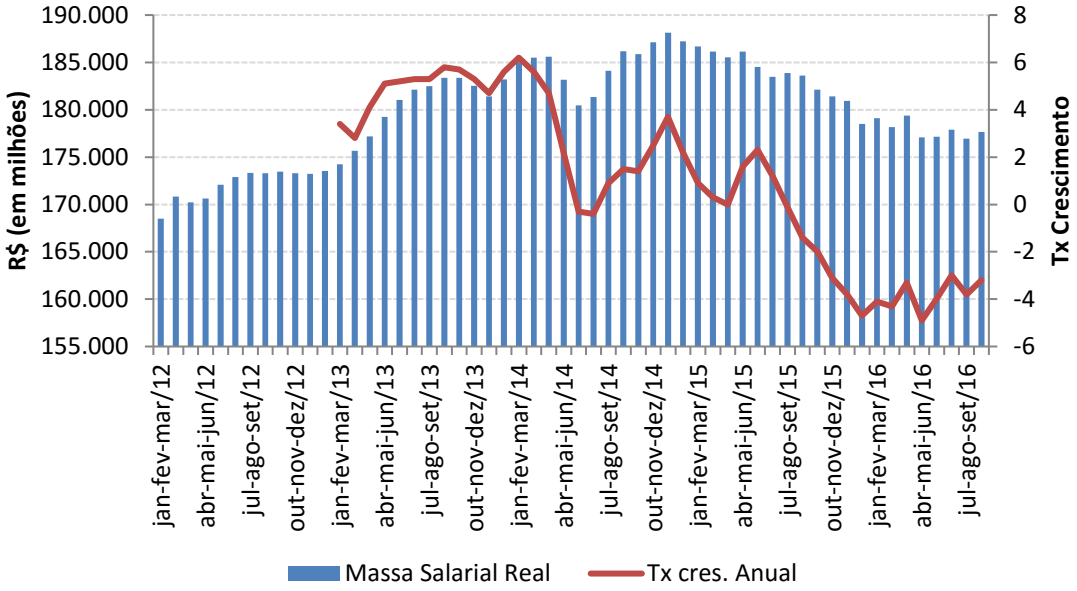
TABELA 6
Taxa de variação da média dos rendimentos reais por faixa de renda – 2016
(Em %)

Faixa de renda (por decil)	Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior			Variação em relação ao trimestre anterior		
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
0-10	-13.2	-8.1	17.6	-3.2	2.2	19.8
10_20	-11.2	-3.6	0.6	2.3	-0.4	5.9
20-30	-2.1	1.3	0.9	4.8	-6.5	6.3
30-40	1.1	1.4	2.2	6.9	-3.4	0.5
40-50	-6.2	-0.7	-2.9	-1.1	-1.4	1.1
50-60	-9.5	6.0	-3.3	-3.1	1.0	0.6
60-70	-7.5	8.5	-3.8	-1.2	0.5	-1.4
70-80	-6.7	8.6	2.7	-0.2	-2.0	-1.4
80-90	-8.7	10.6	6.1	-3.2	-0.8	1.4
90-100	-8.1	5.1	0.1	-1.4	-1.7	5.2
Média geral	-2.4	-4.2	-2.1	0.3	-1.5	0.9

Fonte: IBGE/PNADC.
Nota: no primeiro decil (0-10) estão os 10% de trabalhadores que recebem menor remuneração. Já o último *decil* (90-100), reúne os 10% de trabalhadores com maior remuneração.
Elaboração: Ipea/Dimac.

As quedas generalizadas no rendimento por setores e ao longo da distribuição, somadas à diminuição do nível de ocupação fazem com que a deterioração da massa salarial real seja ainda mais pronunciada que a queda do rendimento médio, conforme mostra o gráfico 14.

GRÁFICO 14
Massa salarial real
(Em R$ e %)

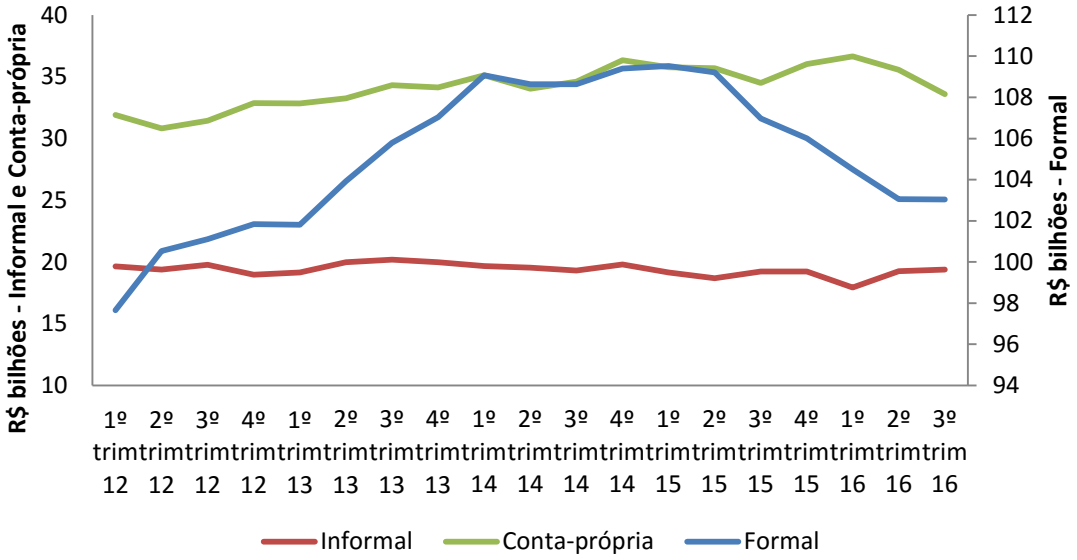


Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A taxa de crescimento anual da massa salarial também começou a declinar em meados de 2015 tendo atingido uma queda de 4,9% no segundo trimestre de 2016, e uma queda de 3,8% no terceiro trimestre desse ano. No trimestre entre agosto e outubro de 2016, a massa salarial se situou em 177,7 bilhões de reais, mesmo patamar que se encontrava há três anos (trimestre entre março e maio de 2013).

Ao decompor a massa salarial real por posição na ocupação, o gráfico 15 revela que a ocupação não formal (tanto o empregado informal quanto o trabalhador conta-própria) atenuava a queda da massa salarial, fortemente observada no setor formal. Entretanto, nota-se a queda da massa de rendimentos dos trabalhadores por conta-própria ao longo de 2016, acentuada no terceiro trimestre com a queda do nível de ocupação neste setor.

GRÁFICO 15
Massa salarial real por posição na ocupação
(Em bilhões R$)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Caso se mantenha esta tendência de menor ocupação entre os trabalhadores por conta-própria, sem que seja observada uma recuperação das admissões no setor formal, isto representará um aprofundamento da deterioração das condições no mercado de trabalho - mesmo que não agrave a taxa de desemprego caso se preserve a tendência de esses trabalhadores saírem da força de trabalho – pois, como mostra o gráfico 12, isso demostraria a perda de capacidade desse tipo de atividade na manutenção do nível de renda, deprimindo ainda mais o consumo das famílias.

APÊNDICE

TABELA A.1
Taxa de desemprego por estado
(Em %)

UF	3° T. 2014	4° T.2014	1° T. 2015	2° T. 2015	3° T. 2015	4° T.2015	1° T. 2016	2° T. 2016	3° T. 2016
Rondônia	4,11	3,58	4,4	4,92	6,68	6,33	7,49	7,76	8,44
Acre	6,96	6,18	8,72	8,72	8,76	7,65	8,68	11,02	12,08
Amazonas	6,72	7,71	9,36	9,46	10,05	9,09	12,70	13,21	13,57
Roraima	6,27	6,31	8,9	7,77	9,3	8,07	8,27	7,98	9,71
Pará	7,18	6,98	9,17	8,94	8,42	8,61	10,03	10,86	10,96
Amapá	10,57	9,52	9,63	10,11	11,71	12,69	14,26	15,8	14,86
Tocantins	7,53	6,35	8,73	7,63	9,2	9,02	10,69	11,18	10,75
Maranhão	6,69	7,03	8,92	8,78	8,45	8,22	10,83	11,81	11,87
Piauí	6,10	5,93	7,7	7,66	7,63	7,18	9,56	9,88	9,38
Ceará	7,41	6,58	7,98	8,81	9,54	9,01	10,77	11,45	13,06
Rio Grande do Norte	10,54	10,36	11,48	11,57	12,65	12,16	14,35	13,47	14,12
Paraíba	9,21	8,07	9,15	9,07	10,3	9,51	10,03	10,7	12,77
Pernambuco	8,31	7,59	8,16	9,07	11,2	11,02	13,27	13,96	15,33
Alagoas	9,72	9,38	11,07	11,7	10,68	11,3	12,80	13,92	14,76
Sergipe	9,04	8,91	8,61	9,05	8,59	9,92	11,25	12,64	14,24
Bahia	9,74	9,74	11,31	12,72	12,83	12,18	15,52	15,38	15,91
Minas Gerais	6,85	6,24	8,24	7,85	8,63	9,29	11,15	10,93	11,2
Espírito Santo	5,79	6,05	6,92	6,62	8,15	9,07	11,05	11,5	12,72
Rio de Janeiro	6,13	5,78	6,55	7,2	8,23	8,53	10,01	11,38	12,11
São Paulo	7,22	7,08	8,45	8,99	9,57	10,12	11,96	12,18	12,78
Paraná	4,07	3,70	5,31	6,15	6,13	5,79	8,06	8,19	8,49
Santa Catarina	2,89	2,66	3,87	3,91	4,35	4,18	5,99	6,66	6,36
Rio Grande do Sul	5,17	4,50	5,63	5,88	6,85	6,51	7,48	8,72	8,24
Mato Grosso do Sul	4,03	3,77	6,1	6,22	6,27	5,93	7,78	6,97	7,66
Mato Grosso	3,74	3,97	5,65	6,16	6,62	5,66	9,09	9,8	8,95
Goiás	5,14	5,03	6,96	7,34	7,2	7,69	9,95	10,15	10,47
Distrito Federal	8,86	8,71	10,78	9,63	10,26	9,7	11,20	10,93	12,0

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

TABELA A.2
Rendimento real médio por estado
(Em R$)

UF	3° T. 2014	4° T.2014	1° T. 2015	2° T. 2015	3° T. 2015	4° T.2015	1° T. 2016	2° T. 2016	3° T. 2016
Rondônia	1747,5	1753,4	1763,1	1734,1	1707,4	1694,2	1651,2	1629,2	1652,1
Acre	1686,3	1683,7	1806,8	1713,9	1611,8	1615,6	1570,0	1648,9	1612,3
Amazonas	1852,5	1835,7	1850,5	1757,2	1735,1	1736,5	1639,5	1680,6	1597,8
Roraima	2244,4	2207,4	2455,3	2153,1	2063,1	1956,6	2045,3	2063,7	2085,4
Pará	1488,8	1469,4	1441,1	1357,1	1389,6	1345,7	1347,1	1372,4	1381,7
Amapá	2005,7	2021,7	1991,8	1864,2	1864,9	1972,6	1934,7	2149,9	2034,3
Tocantins	1621,7	1713,9	1818,0	1771,3	1801,5	1686,4	1717,8	1679,0	1644,1
Maranhão	1008,9	1090,1	1082,4	1063,2	1081,5	1078,8	1064,9	1086,6	1122,2
Piauí	1286,5	1297,4	1283,5	1294,9	1288,1	1295,1	1304,0	1331,4	1281,0
Ceará	1330,9	1305,4	1300,6	1326,6	1312,4	1299,3	1326,5	1314,4	1260,0
Rio Grande do Norte	1481,8	1455,8	1545,0	1539,2	1562,9	1601,5	1485,7	1538,0	1499,6
Paraíba	1412,3	1437,5	1447,8	1429,5	1440,9	1372,9	1328,6	1347,0	1417,6
Pernambuco	1755,5	1865,9	1776,4	1662,9	1590,2	1518,9	1568,9	1539,9	1546,1
Alagoas	1337,6	1421,5	1399,6	1393,6	1381,2	1348,4	1342,9	1316,5	1300,2
Sergipe	1704,7	1693,6	1614,7	1581,0	1548,1	1472,4	1488,0	1628,4	1563,9
Bahia	1426,0	1402,4	1418,6	1432,2	1417,8	1365,0	1374,6	1303,1	1314,0
Minas Gerais	1942,2	1899,5	1900,9	1854,1	1839,7	1818,0	1803,6	1793,9	1768,2
Espírito Santo	1961,4	2061,2	1982,9	2032,0	1992,0	1994,9	1986,7	1922,2	1924,5
Rio de Janeiro	2027,1	2151,1	2250,7	2274,4	2278,2	2253,5	2335,8	2319,4	2267,3
São Paulo	2676,3	2684,7	2747,6	2771,8	2703,9	2681,1	2671,9	2573,5	2629,3
Paraná	2266,9	2324,5	2319,4	2290,8	2280,3	2209,1	2152,1	2140,0	2172,4
Santa Catarina	2237,5	2312,2	2305,3	2259,5	2238,2	2154,6	2110,9	2076,7	2148,6
Rio Grande do Sul	2259,5	2278,7	2268,1	2242,5	2187,6	2233,9	2212,8	2240,2	2277,4
Mato Grosso do Sul	2033,9	1991,3	1986,6	1968,3	1871,0	1931,3	1924,4	1876,1	1992,5
Mato Grosso	2106,5	2099,5	2082,6	2107,5	2040,1	1986,1	1992,7	2025,0	1990,1
Goiás	2036,3	2061,2	2044,4	1968,9	2001,7	1890,6	1891,5	1876,5	1901,6
Distrito Federal	3605,3	3789,8	3897,4	3951,8	3827,0	3866,6	3714,8	3730,6	3694,8

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

TABELA A.3
Distribuição da média dos rendimentos reais por decil
(Em R$ de agosto de 2016)

Faixa de renda (por decil)	2014			2015				2016		
	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
0-10	214	204	217	238	230	215	213	206	211	253
10_20	566	565	557	600	551	559	521	533	531	562
20-30	864	859	848	888	802	857	830	870	813	864
30-40	947	941	931	918	885	882	868	928	897	901
40-50	1069	1063	1114	1090	1015	1049	1033	1022	1007	1019
50-60	1231	1299	1369	1331	1148	1266	1244	1205	1216	1224
60-70	1515	1623	1681	1635	1402	1557	1530	1512	1520	1499
70-80	2076	2079	2205	2116	1781	1858	1978	1974	1935	1907
80-90	3173	3149	3116	3022	2475	2616	2852	2760	2738	2775
90-100	8375	8373	8085	8064	6928	7660	7517	7411	7283	7665
Média geral	2097	2057	2061	2080	2087	2061	2024	2030	1999	2017

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.